

Objetivos

Conteúdo	Objetivos específicos
Ética e função pública. Ética no setor público	1 Reconhecer pontos relevantes no material de ética no serviço público ofertado pela ENAP

MÓDULO 3 - A CONDUTA NO SERVIÇO PÚBLICO

“A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. O essencial da conduta é a orientação interna que ele dá a suas ações: a motivação, o esmero, o gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve”.

“Há **certos aspectos** do serviço público que **não se medem** pelo **simples cumprimento** exterior **das normas**, mas pela **qualidade com que as regras são observadas.** Quantas vezes nossas leis são cumpridas "na letra", mas não no seu "espírito"? A conduta, portanto, leva em conta a **escolha consciente do agente**”.

REGRAS DE CONDUTA

- Para ajudar a desenvolver sua própria orientação interna, dando-lhe segurança e estímulo para a sua atuação profissional;
- Para ajudar a alcançar o domínio dos modos de realizar ou construir algo. Esse domínio implica a familiaridade com as regras ou procedimentos que indicam o que e como fazer.

- Regras constitutivas(construtivas x regras impositivas!

Ética e Serviço Público – Módulo 3 : a Conduta no Serviço Público

- **Regras Imperativas**

São regras que simplesmente **proíbem ou ordenam**, pressupondo que o sujeito saiba fazer o que se ordena e conheça as condutas proibidas.

- **Regras Constitutivas**

São regras que **instruem** as pessoas **a fazer algo**. Elas orientam o sujeito ético a realizar ou construir o que se deseja. Como toda regra, elas limitam o leque de coisas que poderiam ser feitas. Contudo, ao contrário das regras imperativas, as regras constitutivas mais orientam a ação do indivíduo do que a ordenam ou a proíbem.

Resumindo: as regras imperativas dizem o que não pode ser feito e o que deve ser feito. As regras constitutivas dizem como fazer o que pode e deve ser feito.

1 Assinale a alternativa correta no que concerne à ética no serviço público.

- (A) A conduta ética que se espera de um servidor não passa por dele se esperar além do que suas atribuições lhe exigem, mas sim o cumprimento fiel de suas competências legais.
- (B) Para um agir ético, tão ou mais importante que o simples cumprimento de normas é a qualidade com que se dá a sua observância.
- (C) As regras éticas direcionam o agir do agente, preferindo norteá-lo ao invés de desenvolver nele uma autonomia pessoal e subjetiva.
- (D) As regras construtivas ordenam um agir ou proíbem uma conduta, deixando pouca ou nenhuma margem para o agente.
- (E) As regras de uma conduta ética não subsidiam escolhas, mas sim incutem no juízo do agente uma formulação prévia e anterior de escolhas segundo valores e princípios de uma sociedade.

2 Em relação às reflexões a respeito da ética e da conduta no setor público, analise as afirmativas a seguir:

I. A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. O essencial da conduta é a orientação interna que ele dá a suas ações: a motivação, o esmero, o gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve.

II. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas pela qualidade com que as regras são observadas. Quantas vezes nossas leis são cumpridas "na letra", mas não no seu "espírito"? A conduta, portanto, leva em conta a escolha consciente do agente.

III. Ao se falar em regras de conduta, é possível ajudar o servidor a desenvolver sua própria orientação interna, dando-lhe segurança e estímulo para a sua atuação profissional.

A se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

B se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

C se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

D se todas as afirmativas estiverem corretas.

Por que estamos discutindo ética? Do Moralismo à Ética

3 Acerca de ética, princípios, valores e moral, julgue o item que se segue.

Dado que, ao longo das últimas décadas, certas práticas sociais inovadoras têm sido desenvolvidas principalmente por meio de atores políticos que compõem um campo dito progressista e que a contestação de ideais conservadores tem tido uma maior aceitação social, por meio, por exemplo, da organização de movimentos sociais, essa realidade que se constitui representa um atual estado de amoralidade e de descrédito do discurso ético, por não buscar a manutenção dos valores e costumes tradicionais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o discurso político que enfatizava a moral e os bons costumes vinha associado a idéias conservadoras. Defendê-los era defender valores sedimentados na sociedade, tidos como essenciais à manutenção da ordem estabelecida. Por outro lado, os que abraçavam ideias progressistas ou de mudança social tendiam a entender essa ênfase como um moralismo antiquado, sem muito propósito e, especialmente, como uma forma de controle ideológico da contestação...

... Embora certas práticas sociais inovadoras tenham ganhado terreno, e a própria ideia de "contestação" tenha conquistado ampla aceitação social, isso não representou um estado de amoralidade ou descrédito do discurso ético.

Racionalização/ REGRAS

4 Os princípios da coerência e universalização são suficientes para se definir, diante de um conflito de valores, se uma conduta é eticamente aceitável

Esses dois princípios, coerência e universalização, parecem incluir dois importantes elementos para se avaliar se uma conduta é justificável e podem ser bastante úteis para se julgar se uma determinada ação de um servidor público é eticamente aceitável.

5 Assinale a alternativa correta no que concerne à ética no serviço público.

- (A) A conduta ética que se espera de um servidor não passa por dele se esperar além do que suas atribuições lhe exigem, mas sim o cumprimento fiel de suas competências legais.
- (B) Para um agir ético, tão ou mais importante que o simples cumprimento de normas é a qualidade com que se dá a sua observância.
- (C) As regras éticas direcionam o agir do agente, preferindo norteá-lo ao invés de desenvolver nele uma autonomia pessoal e subjetiva.
- (D) As regras construtivas ordenam um agir ou proíbem uma conduta, deixando pouca ou nenhuma margem para o agente.
- (E) As regras de uma conduta ética não subsidiam escolhas, mas sim incutem no juízo do agente uma formulação prévia e anterior de escolhas segundo valores e princípios de uma sociedade.

6 São regras que instruem as pessoas a fazer algo. Elas orientam o sujeito ético a realizar ou construir o que se deseja. Como toda regra, elas limitam o leque de coisas que poderiam ser feitas. Elas mais orientam a ação do indivíduo do que a ordenam ou a proíbem.

Trata-se de regras

A imperativas.

B declaratórias.

C constitutivas.

D restritivas.

Patrimonialismo

7 O patrimonialismo é caracterizado pelo governo ou pela forma de exercício do poder em que a distinção entre público e privado é quase inexistente, defluindo todo o poder de um governante ou grupo específico, de modo que os cargos públicos são inacessíveis por via meritória. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta princípio ético previsto na Constituição Federal de 1988 que seria afrontado, com maior intensidade, pela investidura em cargo público na forma patrimonialista.

A razoabilidade

B impessoalidade

C supremacia do interesse público

D publicidade

E boa-fé objetiva

Segundo o sociólogo alemão Max Weber, patrimonialismo é uma forma de organização da sociedade inspirada na economia doméstica e baseada numa autoridade fortalecida pela tradição. O termo original é do latim, *patrimonium*, e significa o conjunto de bens paternos, a herança familiar. Em outras palavras, no patrimonialismo, o poder do Estado está na mão de determinadas famílias, que se servem dos recursos públicos como se fossem propriedade privada sua e exercem o poder não com base na lei, mas no próprio interesse dessas famílias dominantes, que se estabeleceram no passado e foram se mantendo poderosas ao longo dos anos.

Clientelismo : Trata-se de um fenômeno de personalização do poder, ou seja, o Estado é tomado como parte do patrimônio pessoal do político e não como coisa pública, um caso de confusão entre a esfera pública e a esfera privada. Um caso típico desse tipo de dificuldade é a corrupção.

O Estado **impessoal**, que está a serviço de todos, baseia-se em relações políticas horizontais, ou seja, não entre superiores e subordinados, mas entre cidadãos e servidores públicos, com direitos e deveres estabelecidos em lei e da vontade consagrada pelo voto, e não dependentes da vontade arbitrária de indivíduos ou famílias poderosas.